

Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST

Theoretical foundations of agricultural cooperativism and the MST

Fundamentos teóricos del cooperativismo agrícola y el MST

Tânia Paula da Silva

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia
na Unesp/Presidente Prudente e bolsista do CNPq.
Correio eletrônico: tanggela@bol.com.br

Resumo

Procurar-se-á discutir as contribuições de autores da questão agrária como Chayanov (1974); Kautsky (1968); Lênin (1982); Oliveira (1994); Stedile (1999); Fernandes (2000); acerca do cooperativismo agrícola. Por sua vez, tendo em vista o nosso objeto de pesquisa, qual seja, a produção e cooperação nos assentamentos do MST, buscaremos resgatar o que o Movimento tem construído em termos de cooperação, bem como os desafios enfrentados nestas frações conquistadas do território capitalista. Por fim, de posse destas reflexões tentaremos pensar a prática do MST, ou melhor, o nosso projeto à luz das contribuições dos pensadores escolhidos para análise.

Palavras-Chave

Teóricos da Questão Agrária – MST – Cooperativismo Agrícola.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 229-242	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

Abstract

This article points out the contribution on rural cooperativism from authors that study rural struggle: Chayanov (1974); Kautsky (1968); Lenin (1982); Oliveira (1994); Stedile (1999); Fernandes (2000). Our main issue is to show production and cooperativism in rural establishments of MST. Besides, the author tries to rescue what the Movement has built up as far as cooperation is concerned as well as challenges faced involving these small land fractions conquered from capitalist territories. Finally, using these reflections we'll try to analyse the MST practice and experiences, this is, our project in the light of contributions made by these authors selected from this analysis.

Keywords

Rural Struggle authors – MST – Rural Cooperativism.

Resumen

En este texto se procura discutir las contribuciones de los autores de la cuestión agraria como Chayanov (1974), Kautsky (1969), Lenin (1982), Oliveira (1994), Stédile (1999) y Fernández (2000) sobre el cooperativismo agrícola. Por su vez, considerando nuestro tema de investigación (la producción y la cooperación en los asentamientos del MST) tentaremos repensar lo que el movimiento ha construido en términos de cooperación, bien como los desafíos enfrentados en las fracciones conquistadas al territorio capitalista. Finalmente, a partir de esas reflexiones, analizaremos la práctica del MST, o a lo mejor, nuestro proyecto segundo las contribuciones de los pensadores citados para esta análise.

Palabras clave

Pensadores da Question Agraria – MST – Cooperativismo agrícola.

Os pensadores da questão agrária e o cooperativismo agrícola¹

A obra de A. Chayanov (1974) tem como centro de análise a família camponesa. Este grupo doméstico é para ele, ao mesmo tempo, uma unidade de força de trabalho e uma realidade demográfica, ou seja, um conjunto de produtores e consumidores.

Segundo o autor, a família camponesa é uma unidade econômica que tem como objetivo principal à reprodução de seus fatores de produção. Neste caso, a terra aparece como um fator de produção independente de qualquer valor cultural (Almeida e Paulino, 2000).

Tendo como proposta desvendar a lógica interna de reprodução do campesinato, Chayanov procura demonstrar que o campesinato russo do Mir tinha uma racionalidade econômica que, por sua vez, encontrava-se baseada na relação produtores-consumidores, ou seja, no ciclo de desenvolvimento da família. Assim, é este balanço trabalho-consumo quem orienta as tomadas de decisão da família camponesa. Portanto, para Chayanov o camponês possui um plano organizativo, contudo este plano parte sempre da ótica familiar, por isso “La unidad de exploración doméstica, a pesar de la ventaja objetiva de arrendar 50 a 100 desiatinas, limitará obviamente el área arrendada a unas pocas desiatinas la cantidad que ajuste el balance fuerza de trabajo-consumidor” (Chayanov, 1974, p. 254).

Em relação ao processo cooperativo, Chayanov acredita que, primeiramente, é necessário entender este plano organizativo de produção do campesinato para, posteriormente, se pensar numa intervenção que ele acredita necessária, contra aquilo que considera uma ameaça: a penetração do capitalismo na agricultura e a subordinação do camponês em relação ao mercado.

1. Este artigo é produto das reflexões realizadas na disciplina “Movimentos Socioterritoriais e a Luta pela Terra”, sob responsabilidade do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, 2002.

Assim, ele sugere que as mudanças sejam gradativas levando-se em conta o funcionamento peculiar do campesinato. Por conseguinte, partir-se-ia da integração vertical rumo ao cooperativismo, este último visto como possibilidade de rompimento do isolamento e conseqüente fortalecimento do campesinato.

“All hacerse cargo de los ventos y Del procesamiento técnico, la cooperación agrícola y organiza la producción agrícola en formas nuevas y más evolucionadas. Obliga así al pequeño productor a cambiar el plan organizativo de su unidad de explotación de acuerdo con la venta cooperativa y la política de procesamiento, a mejorar sus técnicas y a adaptar métodos perfeccionados para el cultivo y la exploración ganadera para asegurar un producto absolutamente normal, que estará sujeto a cuidadosa selección, procesamiento y envase, de acuerdo con la demanda del mercado mundial” (Chayanov, 1974, p. 319).

Já as contribuições de K. Kautsky (1968) caminham no sentido inverso do que foi anteriormente exposto. Para este autor o campesinato significava o atraso econômico e social no campo, sua reprodução era resultado de um processo de auto-exploração que se aproximava da barbárie. Apegado a seu pedaço de terra o camponês “em geral sempre desconfiado, o seria em particular diante da organização, porque as condições atuais de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos que neste as virtudes sociais” (Kautsky, 1968, p. 148).

Para Kautsky havia uma superioridade incontestada da grande exploração em relação à pequena exploração camponesa o que obviamente decretava o fim próximo desta última. Entendia também que a expansão da grande exploração capitalista seria uma condição necessária, logo que é nela que estavam os elementos que conduziram à cooperativa socialista.

Conseqüentemente, há ao longo da obra do autor um eixo central que consiste em afirmar a essência do desenvolvimento do capitalismo no campo como sendo a produção de duas classes sociais antagônicas: proletariado *versus* burguesia. Situação, por sua vez, ideal para a implantação do socialismo.

É, portanto, neste contexto de negação histórica do campesinato que o cooperativismo é pensado por Kautsky. Logo, como não há lugar para o campesinato, o cooperativismo é defendido e proposto ao proletariado.

“Unicamente aqueles que só tem a perder seus grilhões, unicamente os elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, podem estabelecer a produção cooperativa. Neles, a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu as virtudes sociais, a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei” (Kautsky, 1968, p. 148).

Na verdade, para o autor o cooperativismo só teria condições de pleno desenvolvimento no socialismo.

“Depois que as cooperativas socialistas (porque então não se poderá falar de cooperativas proletárias) tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho de uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer” (Kautsky, 1968, p. 149).

Uma das preocupações centrais da obra de V. Lênin (1982), é precisamente explicar que o sistema de relações econômicas existente no campo russo é pequeno-burguês, ou seja, a comunidade camponesa não é antagônica ao capitalismo, ao contrário, é sua base. Para o autor é no interior mesmo destas comunidades que ocorre a “formação de elementos capitalistas”. A formação destes elementos capitalistas significa a destruição radical do campesinato tradicional e a criação de novos tipos de população rural.

Por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo leva a des-camponização e a formação de tipos distintos de campesinato, teoria completamente inversa da preconizada por Chayanov.

“A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato médio [...]. O primeiro destes tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico [...] O outro tipo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário” (Lênin, 1982, p.116-117).

Para Lênin o desenvolvimento do capitalismo no campo russo produz, necessariamente, uma Diferenciação Social do campesinato. Dito de outra maneira, o desenvolvimento do capitalismo fomenta a desintegração do campesinato e a formação de novos tipos, a saber: um campesinato que formará a burguesia rural, um campesinato médio (que tende a desaparecer em direção a um dos extremos) e um campesinato pobre (base de formação do proletariado rural).

Em Lênin, o conceito de cooperação aparece como precursor do desenvolvimento das formas capitalistas de indústrias. Logo, a forma de cooperação se desenvolve em oposição à economia camponesa e a produção artesanal independente, sendo que, ao substituir a antiga dispersão da produção acaba por determinar uma elevação da produtividade do trabalho, bem como um acirramento das contradições capitalistas.

O autor em questão acredita que nas pequenas indústrias camponesas russas o princípio dominante é uma crescente cooperação capitalista em contraposição aqueles (os populistas russos) que enxergavam no campesinato outras formas de cooperação, ou melhor, um cooperativismo fora dos moldes capitalistas. Para Lênin fora da cooperação capitalista o máximo que poderia ocorrer era minúsculas associações temporárias sem nível de organização.

“Nossa conclusão acerca do papel desempenhado pela cooperação capitalista nas pequenas indústrias camponesas e da sua significação progressista está na mais acentuada contradição com a tão difundida teoria populista, de acordo com a qual o princípio dominante na pequena indústria camponesa, sob as mais variadas formas, é o ‘cooperativismo’” (Lênin, 1982, p. 231).

Em uma perspectiva diferenciada Oliveira (1994), discute o cooperativismo e afirma que as iniciativas de cooperação até então em andamento nos assentamentos representa um risco. Afins de exemplificar os possíveis percalços, o autor destaca a proposta de divisão do trabalho com vistas à especialização existente no interior deste tipo de cooperação, bem como a aproximação com o capital financeiro através da estrutura bancária, antiga vilã do campesinato.

Por outro lado, o autor propõe como alternativa à competição direta com os produtores capitalistas, uma agricultura de resistência, ou melhor, nas suas palavras: uma agricultura defensiva.

“Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva [...]. Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês.

A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (Oliveira, 1994, p. 50).

Stedile e Fernandes (1999), por sua vez, opta por resgatar o papel importante da cooperação e nos atenta para o fato de que o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola nos assentamentos foi um capítulo marcante da história de formação e amadurecimento do MST.

“Naquele período de 1986 a 1990, o grande avanço que o Movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental. Aprenderam também que as formas de aplicação da cooperação agrícola deveriam ser flexíveis. Pois era, e ainda continua sendo, preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento. [...] as condições subjetivas são o grau de consciência política e história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra” (Stedile e Fernandes, 1999, p. 101/102).

Portanto, para o autor a cooperação tem que ter como ponto de partida a avaliação da realidade objetiva e subjetiva dos assentados, portanto são eles que têm a tarefa de discutir qual a forma que pode ser melhor assimilada. Assim, “a partir da fórmula inicial, pode haver um processo de evolução ou um processo de desarticulação. Se se desarticular, significa que aquela forma de cooperação não estava à altura das condições objetivas e subjetivas [...], o que não significa dizer que a cooperação agrícola seja inviável (Stedile e Fernandes, 1999, p. 102).

Fernandes (2000), resgatando também a perspectiva histórica referente à importância da teoria da cooperação agrícola para a formação e territorialização do MST, destaca neste processo a indissociabilidade da luta econômica e da luta política.

“O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados. [...] É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade. [...] Dessa forma, procura desenvolver a agricultura camponesa em que a resistência contra a exploração, a expropriação e a luta contínua pela terra não estejam separadas” (Fernandes, 2000, p. 228).

Para Fernandes, ao desenvolver experiências de cooperação que resultaram no processo de formação e consolidação do MST, “os sem-terra construíram uma importante forma de resistência contra a expropriação e a exploração, enfrentando o capitalismo na sua essência” (idem, p. 245).

Breve histórico do Sistema Cooperativista dos Assentados do MST

De forma geral, as cooperativas agrícolas no Brasil seguem duas tendências distintas: uma considerada tradicional e uma outra de resistência. Esta primeira, identificada na maioria das vezes com a proposta de “industrializar” e “modernizar” as relações no campo, funciona como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no

mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de produção capitalista). Sendo assim, o cooperativismo agrícola tradicional traz o desenvolvimento do capitalismo ao campo não apenas como um processo exclusivo de proletarização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também como processo de subordinação crescente da renda da terra ao capital industrial e financeiro (Oliveira, 1981). Esse tipo de cooperativa é vista como uma sociedade de capital e não de pessoas.

Por outro lado, há cooperativas agrícolas surgidas no processo de luta dos trabalhadores do campo, como as idealizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que têm como proposta estimular e massificar o projeto da cooperação agrícola caracterizado por ser:

- a) alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores;
- b) diferente, uma vez que pretende construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar, do associado, da cooperação desses entre si e com as diversas cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organizando os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de produção;
- c) de oposição à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas de assentados.

São formas de cooperativas agrícolas modernas e profissionalizadas, porém, não capitalistas, logo que não visam a reprodução ampliada do capital (lucro). Dessa forma, o maior desafio desse tipo de cooperativas é manter o equilíbrio entre o caráter político – dimensão organizativa – e o econômico – dimensão produtiva (CONCRAB, 1996).

Nesta perspectiva, nosso texto tem como centro de análise a discussão sobre a cooperação agrícola como forma de organizar e comercializar a produção. Nosso ponto de partida é a compreensão de que existe por parte da Direção Nacional do MST uma preocupação que extrapola o aspecto econômico inerente à questão. Assim, há um esforço do Movimento em fomentar espaços de conscientização política para os trabalhadores, através de cursos de capacitação e formação. Por conseguinte, a direção do Movimento destaca as formas cooperativas de organização e comercialização da produção, como aquelas que possibilitariam tanto o desenvolvimento do setor econômico como do setor político nos assentamentos. Atualmente o Movimento tem reforçado a compreensão de que as formas cooperadas são não só o caminho de um novo modelo de assentamento, mas também a base para construção do projeto de uma nova sociedade.

Esta premência em pensar um sistema cooperativista nasce em parte como resultado do momento histórico vivenciado pelo Movimento: um amplo processo de *territorialização* que se explicita na conquista de assentamentos (Fernandes, 2000).

Partindo do pressuposto de que a luta pela terra é uma experiência de cooperação, no sentido de que os sem-terra tiveram que se unir e se organizar para ocupar o latifúndio, ela não termina com a *territorialização* da luta, na verdade, novos desafios surgem para os sem-terra com terra: a viabilização da produção.

Desta maneira, o MST sugere para os assentamentos uma proposta de trabalho coletivo estruturada em grupos familiares, cujos fundamentos já são difundidos a partir do acampamento que funciona como um verdadeiro “laboratório”. Em síntese, a prioridade assumida é que a terra e o trabalho sejam coletivos, vejamos um trecho das *Normas Gerais do MST*: “O Movimento Sem Terra sempre estimulou as atividades coletivas como principal forma de enfrentar os problemas da produção e comercialização nos assentamentos” (CONCRAB-MST, 1993).

Segundo Fernandes e Stedile (1999), a discussão sobre as formas de organização da produção, em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de 1986, devido ao aumento do número

de assentamentos rurais no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. Assim, a organização da produção no assentamento surge como uma condição básica para a permanência do trabalhador assentado na terra.

Assim, a partir da consolidação do MST, por meio das ocupações, acampamentos e conquistas de assentamentos, a cooperação agrícola – seja ela, coletiva, semi-coletiva, associações, entre outras – passa a estar vinculada diretamente com o projeto de gestão das “terras conquistadas”, enquanto continuidade da luta política e fomentação ideológica do próprio movimento, desenvolvendo uma proposta alternativa de (re)organização do trabalho e da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, da consolidação da cooperativa como forma específica de formação política e de viabilização socioeconômica dos assentamentos.

O Movimento entende que essa forma de organizar o trabalho e conseqüentemente comercializar a produção, conhecida como cooperação agrícola, não resolve todos os problemas da agricultura brasileira, logo que os mesmos são estruturais e se ligam ao modelo agropecuário adotado para o país, todavia é o caminho do possível que se encaixa dentro de uma pedagogia da resistência ao processo de exploração e expropriação inscrito na lógica do desenvolvimento capitalista no campo. Para que esta pedagogia da resistência possa dar resultados a cooperação passou a ser entendida de forma multidimensional, ou seja, a partir da articulação dos campos econômico, político e social (CONCRAB-MST, 1996).

Portanto, as formas de cooperação agrícola são pensadas em função de três razões: econômicas, sociais e políticas. Nas razões econômicas ocorre a necessidade de aumento do capital constante, aumento da produtividade, da especialização do trabalho, racionalização da produção de acordo com os recursos naturais, introdução de tecnologias ao processo produtivo visando conseguir melhores preços para os produtos e o desenvolvimento da agroindústria. As razões sociais estão vinculadas ao bem-estar dos assentados e compreendem a urbanização das moradias, infraestrutura básica (energia elétrica, água encanada), educação, transporte coletivo, saúde, igualdade de direitos entre homens e mulheres e o lazer. Quanto às razões políticas fazem parte à resistência a exclusão do sistema capitalista, a formação de militantes, dirigentes e a articulação política. Neste sentido, a eficiência da cooperação agrícola...

“[...] não está apenas na mecanização, modernização, forma de gestão e uso de instrumentos modernos. Isto na verdade é uma conseqüência, e a importância maior das cooperativas, reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores, tanto para alcançar objetivos relacionados à produção, como aqueles relacionados à luta pela terra e a liberação de membros das cooperativas para atuar na luta pela reforma agrária e outras frentes” (Fabrini, 2001, p. 13).

No entanto, segundo Stédile e Fernandes (1999), para se alcançar este estágio de organização produtiva houve uma constante reconstrução dos projetos de cooperação agrícola no interior do MST e dos assentamentos. Assim, num primeiro momento, estimulou-se a formação de pequenos grupos informais, reunindo entre 10 e 30 famílias de forma coletiva ou semi-coletiva, geralmente para a prestação de serviços como a utilização de máquinas e implementos agrícolas, a comercialização da produção e a formação de hortas comunitárias. Esta fase, segundo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), refere-se ao período de 1980/86, e foi uma estratégia dos assentados para sobreviver na terra recém conquistada. Num segundo momento – 1987/89 – houve o predomínio das associações de trabalhadores, buscando melhorar a infra-estrutura dos assentamentos. A adesão a essas formas associativas está relacionada à obtenção de créditos agrícolas e à compra de maquinários em conjunto. Num terceiro momento – 1989/92 – foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), um setor do MST que

tem como objetivo o trabalho com todos os assentamentos rurais, independente da forma de cooperação adotada ou forma de organização do trabalho.

Neste terceiro momento, em maio de 1992, é fundada a CONCRAB que permite viabilizar os assentamentos, planejar a produção e atingir o mercado em grande escala, buscando recursos, tecnologia e planejamento para a produção agropecuária. A CONCRAB se constitui como um segmento que procura viabilizar a proposta de cooperação do MST por meio dos seguintes objetivos:

“Articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas Estaduais e dos Assentamentos; Organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônômica; Manter um departamento de estudos estratégicos para projetos de maior escala; Viabilizar atividades de exportação e importação; Representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; Articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins” (CONCRAB-MST, 1993, p. 44).

Nesta terceira fase ressaltamos, ao mesmo tempo, a expansão do sistema cooperativista e a materialização de problemas no setor, sobretudo na administração das cooperativas pelos assentados. Como forma de contornar estes problemas no interior do Sistema Cooperativista dos Assentados, naquele momento entendidos como resultado de desencontros administrativos, o MST criou o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), cujo objetivo era formar jovens assentados para a atividade de técnico agrícola nos assentamentos. No ano de 1994, foi realizado o seminário nacional sobre as perspectivas da cooperação agrícola, discutindo a crise nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Coletivos, bem como perspectivas para a cooperação no MST. Em 1995, foi fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). Em 1996, o Sistema Cooperativista dos Assentados começou o debate sobre a massificação da cooperação agrícola e realizou o II Seminário sobre as perspectivas da cooperação agrícola no MST (CONCRAB-MST, 1998). Percebe-se que já se passava, de forma ainda embrionária, por um período de intenso debate e pela construção de um entendimento interno acerca da função das cooperativas como instrumentos políticos de organização social.

Como resultado destes anos de organização e estruturação, o MST construiu uma concepção de cooperação agrícola ampla e diversificada que pode ser realizada de várias formas, desde a mais simples até a mais complexa, a saber: Mutirão ou Troca de Serviço; Núcleos de Produção; Associações; Grupos Semi-Coletivos; Grupos Coletivos; Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS); Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR); Cooperativas de Crédito; Cooperativas de Produção e Prestação de Serviço (CPPS); Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA).

Embora o Movimento tenha estimulado as mais variadas formas de cooperação, a cooperativa se constitui como a melhor forma de implantação da cooperação nos assentamentos. (CONCRAB, 1998). Assim, a CPA é a forma de cooperação agrícola que melhor permite a concretização do principal objetivo do MST, qual seja, “a construção de uma nova sociedade e um novo sistema econômico” (MST, 1989), logo que ela se caracteriza pela não divisão da terra e pelo trabalho coletivo, organizado em setores de produção, o que facilita a liberação dos cooperados, não só para se capacitar em desenvolvimento cooperativista, como também para estar organização as ações de massa do Movimento.

Os desafios do Cooperativismo Agrícola dos Assentados do MST no limiar do século XXI

O final dos anos 90 do século passado foi marcado pelo aprofundamento da crise social e econômica da sociedade brasileira, em especial, dos agricultores. Neste contexto de desnacionalização da economia, centralização de capitais e crescente endividamento do país, o modelo de agricultura adotado de importação de produtos básicos e apoio a produção em larga escala de produtos com vistas a exportação como soja, café, laranja, etc., ganhou contornos ainda mais intensos. Logo, como reflexo desta distinção entre agricultura empresarial e agricultura familiar camponesa, as ações governamentais também passaram a se apresentar separadas, a saber: Ministério da Agricultura – para o setor empresarial – e Ministério do Desenvolvimento Agrário – responsável pelos assentamentos, com privilégios do primeiro em relação ao segundo no tocante ao desenvolvimento da agricultura e dos agricultores brasileiros.

Por sua vez, como forma de dar encaminhamento a este modelo de agricultura seletivo e excludente, um amplo processo de criminalização e isolamento dos movimentos sociais, em especial o MST, foi colocado em funcionamento. Juntamente com a inviabilização da resposta econômica dos assentamentos por meio da retirada dos créditos anteriormente conquistados como, por exemplo, o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

Portanto, neste contexto de extinção do crédito especial, de investigação das cooperativas do MST, de cancelamento dos convênios com o Movimento para assistência técnica (o LUMIAR), houve uma necessária (re)discussão por parte do Movimento a respeito dos caminhos da organização dos assentamentos.

Desta forma, passou-se do período em que a cooperação tinha como centro os recursos e os financiamentos, para um projeto de cooperação baseado na resistência e que tem como núcleo a terra, o trabalho e a família. Vejamos o que diz a respeito do assunto o Movimento:

“Esta nova fase deverá levar em conta a situação atual da agricultura brasileira e dos assentamentos. Nesta fase nós deveremos valorizar mais a mão-de-obra que os recursos e financiamentos. Voltar a reconstruir a concepção que é possível organizar as cooperativas de produção tendo como base a terra e a mão-de-obra. O crédito passa a ser complementar” (MST, 2002, p. 4).

Por conseguinte, partindo desse processo cumulativo de experiências, o MST passa a afirmar a impossibilidade de avançar organizando a produção apenas numa direção: ora subsistência ora mercado. Esta análise é fruto do entendimento de que o assentado, no capitalismo, está preso a um circuito de miserabilidade imposto pela sujeição da renda da terra pelo capital, que em última instância gera uma inclusão no marco da precariedade. Desta maneira, o desafio maior passa a ser o de desenvolver uma produção para subsistência, chamada de “retaguarda econômica”, e também para o mercado capitalista, organizada de forma cooperativa que contribua para a organização social dos assentamentos e da sociedade como um todo. Assim, é pensando neste desafio que nascem indagações como: a expansão e êxito das cooperativas só são possíveis por meio da competição e acumulação no mercado capitalista? É possível um cooperativismo não capitalista no capitalismo? Quais os limites e possibilidades da Proposta de Cooperação do MST? Tais respostas ainda estão por ser dadas, contudo o caminho já está definido...

“Deve-se repensar a cooperação agrícola, voltando a priorizá-la como linha política de organização da produção, buscando sempre formas mais avançadas, e ao mesmo tempo que também desenvolva formas solidárias de organização social” (idem, p. 2).

É interessante destacar que neste processo de estruturação perante a nova realidade, o Movimento também vem repensando sua própria concepção de cooperativismo, isto é, se começa a apontar a possibilidade de ter havido um “desvio economicista” no afã de conquistar o mercado capitalista. Contudo, se houve problemas eles se referem ao cooperativismo – adjetivo –, e não a cooperação – substantivo –, como explica Horácio M. Carvalho:

“A *cooperação* desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária teve como propósito não apenas viabilizar economicamente a pequena produção familiar mas, sobretudo, construir um homem novo eivado de valores éticos e sociais que reafirmassem a solidariedade e a convivência social democrática. Entretanto, talvez a partir de um *desvio economicista*, o *cooperativismo* (principal produto da cooperação) pode ter contribuído para gerar um produtor com aspirações pequeno-burguesas de acumulação a partir de uma suposta inserção competitiva no mercado capitalista oligopolizado de produtos agropecuários” (Carvalho, 2000, p. 4, grifo nosso).

Por outro lado, mesmo após este processo cumulativo de experiências em cooperação, uma parcela considerável dos assentados tem dificuldades em aceitar a proposta de trabalho coletivo, logo que ela não reproduz necessariamente o “modelo” agrícola camponês. Por conseguinte, como a base do Movimento é formada, na sua maioria, por camponeses que por anos a fio alimentaram a utopia da terra para si, das decisões individuais como sinônimo de liberdade, das atitudes do crer pra ver, etc.; o Movimento enfrenta fora e dentro dos assentamentos forte oposição à proposta política/ideológica de cooperação agrícola e principalmente a implantação das formas coletivas de produzir como mostram os trabalhos de Souza (1994); D’Incao e Roy (1995) e Navarro (1996).

A produção camponesa, por um longo período, foi entendida pelo MST como um obstáculo para o desenvolvimento da produção cooperativa coletiva, por entender que as relações sociais e de produção camponesas não permitiam a formação de uma “consciência coletiva”, atribuindo a este comportamento individualista os possíveis fracassos no desenvolvimento de atividades coletivas entre os camponeses. Segundo Moraes (1996), tratava-se de um comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e o processo produtivo no sentido mais amplo.

Todavia, há fortes indícios como já foi comentado anteriormente de uma reavaliação do próprio Movimento a acerca dos conflitos em torno da problemática assentados individuais *versus* grupos cooperados coletivos. E essa reavaliação tem apontado na direção da adoção de orientações que procuram conciliar a produção de subsistência com a produção para o mercado, sem abandono do princípio cooperativo. Doravante, a postura parecer ser a de maior tolerância com a diversidade de produção e organização, bem como da busca de formas de perseverar a identidade sem-terra para além dos assentamentos como, por exemplo, as CRS (Comunidades de Resistência e de Superação). Por outro lado, os assentados estão “percebendo” que, no atual contexto político e econômico, a cooperação agrícola, como forma de organizar a produção, apresenta-se como estratégia de resistência tanto à expropriação da terra quanto às regras do mercado globalizado que procura subordiná-los.

Nesta perspectiva inserimos nosso projeto de pesquisa intitulado “As formas organizacionais de produção dos trabalhadores rurais sem-terra na região Leste de Mato Grosso do Sul” e aproveitamos para ressaltar que o MST não é o único movimento social que luta pela implantação de assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Existem também movimentos ligados a CUT, FETAGRI e a CPT. Todavia, o MST tem sido o Movimento que demonstra preocupação com a usurpação da renda da terra que o assentado está sujeito no capitalismo, portanto deriva dessa realidade nossa opção em pesquisar o sistema cooperativista dos assentados vinculados ao MST.

Desta forma, o Movimento tem direcionado ações no intuito de organizar a produção e a comercialização por meio da implantação de cooperativas nos campos sul-mato-grossenses com o intuito de impedir que a riqueza da terra escoe para mãos alheias.

Em última instância, podemos adiantar que nem sempre o MST, no Mato Grosso do Sul, tem conseguido atingir seu principal objetivo, qual seja, ser uma alternativa a usurpação da renda pelo capital. Sendo que, tal situação se dá como consequência dos entraves colocados pelo modelo de agricultura adotado para o país que, de forma geral, tem limitado nacionalmente a resposta econômica dos assentamentos como já citamos. Entretanto, como rebate a esta ofensiva capitalista abre-se uma outra perspectiva para os assentamentos, qual seja, construir um novo conceito de vida e trabalho para as áreas conquistadas. Portanto, a cooperação tem agora mais do que nunca a tarefa de propiciar o espaço político necessário à organização de novas formas de assentamento que combine moradia, núcleo de família, cooperação, modificação na matriz produtiva e formação técnico-política da juventude assentada (MST, 2002).

Considerações finais

Tendo em vista os últimos acontecimentos, quais sejam, a decisão por parte do MST de retirar de pauta o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) substituindo-o pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente nos vemos na difícil tarefa de fazer algumas considerações. A primeira delas refere-se ao fato de que o Sistema Cooperativista já passou por outras “crises” no próprio seio do Movimento situação que acabou por fomentar, como forma de superar os problemas, a criação do Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC). Portanto, da crise emergiram soluções para o fortalecimento da Cooperação ao invés da sua mera superação. Outra questão não menos importante trata-se da separação entre a crise do cooperativismo e crise da cooperação, ou seja, estamos diante, segundo nossa avaliação, de uma crise da forma de cooperação adotada, ou seja, do produto e não do projeto de cooperação em si.

Partindo desse mesmo entendimento o MST afirma que: “[...] as dificuldades nos oferecem as oportunidades de realizar mudanças, tanto em nível de tática e estratégia como a nível estrutural e organizativo. No caso do setor de assentamento as necessidades e os novos desafios que a realidade nos impõe, requer reajuste na forma de organização do setor” (MST, 2002, p. 3).

Por outro lado, de que forma os autores arrolados na primeira parte deste texto podem nos ajudar a pensar a pesquisa e, portanto, os desafios da cooperação agrícola nos assentamentos?

Iniciamos por destacar que as contribuições de Chayanov (1974) a respeito das especificidades que cercam o ciclo de vida da família camponesa, ou seja, a relação entre produtores e consumidores são importantes para que possamos entender a lógica do campesinato, qual seja, uma unidade econômica que toma decisões tendo como ponto de apoio uma racionalidade que parte da família para a terra e que precisa ser considerada quando pensamos propostas de cooperação agrícola.

Por sua vez, a leitura de Kautsky (1968) nos possibilita perceber as dificuldades que o modo de produção capitalista impõe ao campesinato, com destaque para a sujeição da renda da terra ao capital. Questão de suma importância para refletirmos sobre as possibilidades de viabilidade econômica das cooperativas do MST.

Podemos afirmar que na mesma direção seguem as contribuições de Lênin (1982), com especial destaque para a Teoria da Diferenciação Social do campesinato. Tal contribuição nos permite analisar o assentamento colocando a teoria em movimento para assim tentar responder se ela segue necessariamente um caminho inexorável, isto é, a desintegração do campesinato, bem como as consequências políticas desta Teoria para a proposta cooperativa.

O pensamento de Oliveira (1994) a nosso ver foi em parte precursor no tocante a denúncia de um possível desvio economicista na Teoria da Cooperação Agrícola do MST. Este autor ao destacar a necessidade de uma agricultura defensiva que, no momento, o MST chama de agricultura de resistência, já alertava sobre a necessidade dos assentamentos serem um território de “retaguarda econômica”. Portanto, para nossa pesquisa é interessante pensarmos as diferentes formas de organização econômica presentes no assentamento.

Por fim, as contribuições de Stedile (1999) e Fernandes (2000) são fundamentais para analisarmos a organização social do campesinato, ou seja, assumirmos a formação e territorialização do MST como um processo inseparável da organização e estruturação da teoria da cooperação agrícola. Por outro lado, pensar a cooperação nos remete, segundo os autores, a necessária compreensão de que a luta de classes é um processo multidimensional que envolve os campos econômico, social, cultural e político.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *Revista do Departamento de Geociências*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.
- CARVALHO, Horácio M. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1998.
- CARVALHO, Horácio M. *A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares: possibilidades de superação*. Curitiba: set. 2000. (prelo)
- CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CONCRAB – MST. *A Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. São Paulo: Concrab, 1993. (Cadernos de Formação, n. 20)
- CONCRAB – MST. *Cooperativas de Produção*. São Paulo: Concrab, 1994. (Cadernos de Formação, n. 21)
- CONCRAB – MST. *Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos*. São Paulo: Concrab, 1995. (Cadernos de Cooperação Agrícola, n. 4)
- CONCRAB – MST. *Quatro Anos Organizando a Cooperação*. São Paulo: Concrab, 1996.
- CONCRAB – MST. *Sistema cooperativista dos assentados*. São Paulo: Concrab, 1998.
- D’INCAO, Maria C.; ROY, Gérard. *Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FABRINI, João E. *A posse da terra e o sem-terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. Pres. Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- FABRINI, João E. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná*. Cascavel: Lgeo, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GORGER, Frei Sérgio A.; STEDILE, João P. (orgs.). *Assentamentos: resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)
- MORAES, Clodomir S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo, 1986. (Caderno de Formação, n. 11)

- MST. *Normas gerais do MST*. São Paulo: MST, 1989.
- MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 2001.
- MST. *Os desafios da produção e a organicidade do setor*. São Paulo: MST, 2002. (Mimeo.)
- NAVARRO, Zander. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Processos de Democratização em Áreas Rurais Brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., out. 1996, Caxambu, MG.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 58, set. 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., Águas de São Pedro. *Mesas redondas...* [s.l., s.n.], 1994, p. 24-51.
- SOUZA, Maria Antonia de. *A Formação da Identidade Coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1994. (Dissertação Mestrado)
- SOUZA, Maria Antonia de. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado em Educação)
- STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

